

o intuito de perseguir, como um elemento de tanto valor que é o Engenheiro Dr. Paiva Meira.

Depois de tantos anos de clamorosa injustiça, vem o atual governo do Estado, após as eleições de 7 de outubro, dar o seu "absolvo". Afinal de contas, isso foi na política passada! É preciso acabar com essas perseguições, quer na Secretaria da Viação, quer na Secretaria da Saúde onde muitos se viram envolvidos sem que nada fosse provado. Assim, são estas minhas palavras de conforto moral ao engenheiro Luiz Felipe Paiva Meira, que sempre dignificou a administração da Estrada de Ferro Sorocabana, e que por motivos políticos mesquinhos se viu envolvido num processo que teve início em 1956 e que só em 1962, após as eleições de outubro, obteve a absolvição.

Nestas palavras, vai o meu apoio moral a esse bravo engenheiro que nada devendo sofreu as maiores violências do governo passado, endossadas pelo atual governo.

Eram as minhas palavras. Sr. Presidente e Srs. deputados, de carinho a um homem tão perseguido como o engenheiro Luiz Felipe Paiva Meira, que agora, após as eleições, foi absolvido por falta de motivos. Quer dizer, foram seis anos de perseguição a um homem honrado, que nada devia, como se vê pelo despacho publicado no "Diário Oficial" do dia 13 de novembro, e faço a mais veemente crítica ao governo passado e ao atual.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Vicente Boita. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes.

O SR. JUVENAL RODRIGUES DE MORAES — Destino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro.

(Assume a Presidência o Sr. Costabile Romano).

O SR. FERNANDO MAURO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, no mês de outubro próximo passado o Clube de Cinema de Marília completou dez anos de existência. Além de atividade intensa no setor cultural do cinema amador, tem a mesma entidade levado não somente o nome de Marília à projeção internacional, mas também o nome de São Paulo.

Trabalho criterioso e árduo de uma plêiade de moços idealistas, que com seu esforço e idealismo abraçou a nobre causa da divulgação do cinema brasileiro, não somente em nossa hinterlândia, mas através de simpósio e concentrações que visam divulgar a cultura e a cinematografia.

Solicito a Presidência a publicação, em nossos anais, de súmula do Relatório do 2.º Simpósio do Clube de Cinema, realizado em Marília, que deverá ter divulgação oficial, a fim de que esta Casa tome conhecimento do mesmo e para que entidades como esta obtenham de todos os poderes públicos, não somente os aplausos, mas também o amparo e o estímulo.

Deixo aqui, pois, externado ao Clube de Cinema de Marília, meu entusiasmo por este trabalho, tão dinâmico e patriótico dos nossos moços daquela cidade.

Era o que tinha a dizer.

II SIMPÓSIO DOS CINES PAULISTAS

"O CINEMA E A CRIANÇA"

outubro 27/28 — 1962

Importantes problemas relacionados com a influência do cinema na educação da infância e da juventude foram discutidos nos dias 27 e 28 de outubro de 1962, dois dias que durou o II Simpósio dos Cines Clubes Paulistas, realizado nesta cidade de Marília, como parte integrante nas comemorações do décimo aniversário do Clube de Cinema de Marília, aniversário que simboliza dez anos de atividades ininterruptas.

Compareceram dirigentes cineclubistas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e demais representantes de diversas cidades do interior de nosso Estado, e ainda a entidade catalizadora cineclubista e Centro dos Cine Clubes, na pessoa de seu diretor Sr. Carlos Vieira.

O primeiro dia do simpósio foi inteiramente dedicado à tomada de "pontos de vista" de um pai, um professor, um psicólogo, um censor, um dirigente cineclubista e um vereador, que na totalidade de suas exposições situaram o assunto como problema de ética.

O segundo dia foi dedicado aos debates que os "pontos de vistas" suscitaram. Esses debates chegaram a conclusões que resumiremos assim:

1.º — pela incuria e desinteresse dos governos, pela negligência dos legisladores e aceitação passiva do povo, tem se tornado um dos maiores males que se abate sobre nossa infância, prejudicando seu sadio desenvolvimento intelectual, deformando sua mentalidade, e contribuindo para o desassossego e desajuste social; o cinema é agente negativo, contribuindo para todos esses males já mencionados.

2.º — há necessidade de filmes próprios para crianças, pois o mundo infantil deseja ardentemente a assistência de filmes e a tendência mais forte e generalizada hoje é, não pela abstenção do cinema à criança ou censura rigorosa, mas considerá-lo como um participante natural de sua educação e cultura.

3.º — o filme para crianças deve ser moral e construtivo, não necessitando ser severamente didático, mas conservando sempre o caráter recreativo.

Se todos sentem, mesmo os leigos na matéria, ser absurdo impor às crianças assistir cenas violentas, dramas passionais e desregramentos de toda ordem, se todos percebem a necessidade de dar à criança a oportunidade de assistir filmes adequados ao seu desenvolvimento e idade mental, como se explica a quase completa ausência de tais filmes nas telas brasileiras?

E' porque:

1.º — os circuitos exibidores se lançam, no mercado visando lucros fantásticos, sem entender a ditames morais ou educacionais.

2.º — O Estado indiferente, permite que se estabeleça e perpetue este estado de coisas.

3.º — os educadores, o povo e os responsáveis por nossa educação ainda não tomaram consciência da gravidade do problema.

E assim se encerra o simpósio, com medidas de caráter urgente, tais como a necessidade de serem integradas nas escolas as atividades de cineclubismo infantil, começando-se dos meios menos favorecidos economicamente. Foi ressaltada também a importância das condições para a formação cultural do animador desses cine clubes infantis, que devem encontrar um sentido para seu trabalho, e reforçando todos os itens já enunciados.

Terminamos por agradecer ao Dr. Sebastião Mônaco, a cessão do recinto da Câmara Municipal de Marília, para a realização do Simpósio, ao Prefeito, Sr. Otávio Barreto Prado, ao Sr. Manoel Neves Pinhão, ao deputado federal Sr. Dr. Aníz Badra e ao deputado estadual Sr. Dr. Fernando Mauro, pelo apoio oferecido e a todos que direta ou indiretamente nos auxiliaram.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Eduardo Barnabé.

O SR. EDUARDO BARNABÉ — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, quero trazer aqui um veemente protesto contra as desatenções e a desorganização do SAMDU, na cidade de Campinas. Campinas é um grande centro rodô-ferroviário, com inúmeras indústrias, onde todos os institutos — o IAPI, o IAPC, o IAPB e outros — arrecadam somas vultosas, de contribuições tanto dos empregados como dos empregadores. Ontem, os segurados destes institutos, quando telefonaram para o SAMDU, eram informados de que não existiam veículos para o atendimento domiciliar de doentes. Mesmo com 40 ou 41 graus de febre, eram obrigados a se locomover até a sede central do SAMDU. Isto prova, mais uma vez, que o serviço afeto à previdência social está, realmente, dia a dia, cada vez mais relegado ao abandono. Ficou aqui, pois, o meu veemente protesto contra o SAMDU, de Campinas; contra os responsáveis pelo Estado e pela Nação. Temos, hoje, na Presidência da República, um presidente do PTB. No entanto, a previdência social nunca foi tão relegada ao abandono como agora, quando está na Presidência da República um líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotada a lista de deputados inscritos para falar no Pequeno Expediente. A Presidência concede a palavra a quem dela queira fazer uso.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem V. Exa. a palavra.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, não só dentro do espírito da Constituição, também dentro da necessidade de se fazer justiça aos ex-combatentes brasileiros, aqueles que expuseram a sua vida e lutaram, nas montanhas da Itália, pela sobrevivência democrática e pela defesa do nosso País, que pertencia ao bloco das Nações Unidas, na grande guerra que abalou o mundo, de 1939 a 1945, é de elementar conveniência que o Estado ampare os pracinhas brasileiros. A esse respeito, ao menos teoricamente, parece-me que todos estão de acordo. Têm sido feitas leis para isso, têm sido criados órgãos para isso, mas, na prática, nem sempre as leis e as repartições conseguem os resultados para os quais foram instituídas. São numerosos os ex-combatentes brasileiros, mesmo no Estado de São Paulo, que estão desamparados por parte dos poderes públicos. Muitos estão

irremediavelmente doentes, abalados por traumas neuropsíquicos adquiridos nos embates da guerra, no inverno da lombardia Itália. Hoje, ou estão internados em sanatórios, ou, fora dos sanatórios, aguardam o passar do tempo sem nenhuma esperança de melhorar.

A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de São Paulo, vem trabalhando operosa e continuamente para remediar a triste situação em que se encontram inúmeros pracinhas brasileiros. E tem conseguido muito, às vezes do poder público, outras da iniciativa particular. Mas as necessidades são muito maiores do que as possibilidades materiais da Associação dos Ex-Combatentes e a direção dessa entidade tem frequentemente batido às portas do Poder Executivo e do Legislativo, para acudir os pracinhas.

Entre muitos casos de necessidade posso citar o daqueles que não encontraram trabalho, devido à idade ou às condições em que saíram da guerra e que os impediram de ser aproveitados pela iniciativa privada. Mas o poder público pode e deve ampará-los. O Governador Carvalho Pinto já determinou ao Departamento Estadual de Administração que promovesse o aproveitamento em funções públicas de ex-combatentes da guerra. Alguns foram aproveitados, mas muitos ainda aguardam a sua parte.

Nesta ocasião, prevaleço-me do ensejo de vir à tribuna para dirigir ao Poder Executivo um apelo. Apelo que endereço especialmente ao Governador Carvalho Pinto — a quem já levei pessoalmente a questão — e que também dirijo ao próprio Departamento Estadual de Administração — DEA, no sentido de que, atualizado o levantamento sobre a situação dos pracinhas desempregados e necessitados de trabalho, possam ser aproveitados os que se encontrarem nessas condições em funções públicas compatíveis com as suas habilidades, com as suas aptidões, com a sua capacidade. Sei de muitos, no interior e na Capital, que esperam uma oportunidade de trabalho. Tenho a certeza de que se o Governador Carvalho Pinto determinar ao Departamento Estadual de Administração o reexame da matéria e se suas instruções forem levadas às últimas consequências, nenhum pracinha em condição de ser aproveitado no serviço público ficará ao desemprego.

E, assim, nós se não pudermos fazer o quanto devemos pelos ex-combatentes brasileiros, ao menos teremos feito alguma coisa do que podemos.

O SR. PRESIDENTE — Continua à disposição a palavra.

O SR. AVALONE JUNIOR — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JUNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o General Ministro da Guerra Amargy Kruel esteve aqui em uma comunicação oficial, alertando a Nação contra mais uma trama revolucionária urdida na Guanabara. Em se tratando de um pronunciamento oficial do Ministro da Guerra, acho que esta Casa não pode ficar indiferente a um pronunciamento de tal relevância e de tanta gravidade.

Diz o ministro, no comunicado à imprensa, que o governo anuncia a certeza da existência de uma trama na Guanabara com o propósito de atentar contra nossos institutos. A nota do ministro não esclarece a origem da informação nem em que se baseia a apreensão. Adianta-se, contudo, oficialmente que o Serviço Secreto do Exército informou ao presidente que graves manobras foram idealizadas para sabotar o plebiscito e criar um clima de instabilidade.

O general Kruel afirmou que a nota tem endereço certo e se dirige contra um estado de coisas que já teria começado a se precipitar com as últimas reivindicações salariais, a súbita greve dos bancários e as manifestações políticas de civis e militares, além dos novos ataques do governador Carlos Lacerda contra o governo.

Dai, Sr. Presidente, acharmos que esta Assembléia não poderia se omitir totalmente como vem ocorrendo, nesta hora em que sentimos um grande desinteresse pelos graves problemas nacionais no que tange à segurança do país.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, nem tudo é motivo de desânimo. Há horas em que os nossos corações se enchem de alegria, porque no meio de tanta confusão, no meio de tanta demagogia, no meio de tanta má intenção, encontram-se homens de boa vontade, que se debruçam sobre os problemas sérios que afligem a sociedade e buscam soluções.

Digo isto, Sr. Presidente, porque é profundamente desalentador a qualquer de nós verificar que, no momento em que a Pátria sofre crise sem precedentes, em que há fome rondando os lares brasileiros, os homens públicos, principalmente aqueles que mantêm em suas mãos as rédeas do governo, só se preocupam com o problema político.

O Senhor João Goulart, que está no governo, há mais de um ano, até agora só pensa em passar do parlamentarismo, que aceitou como solução para a sua posse, para o presidencialismo, que lhe dará maior soma de poderes. Para obter este fim tem usado de todos os meios desonestos, tem agitado as populações, tem inventado crises e tem ameaçado de greve geral a nação brasileira.

Por isso, quando se vêem relegado a plano secundário o problema social e o problema econômico, para se dar realce apenas ao problema político, nosso coração se enche de alegria ao verificar que o eminente Promotor Público, da 9.ª Vara Criminal desta Comarca da Capital, Dr. Carlos Eduardo de Barros Brisola, agita o mais importante problema que o século vai conhecer: a responsabilidade dos pais pelos desmandos dos filhos.

O problema do "play-boy" é o efeito de causas diversas, mas todas elas se situam no recesso do lar. Nos lares bem formados, onde o chefe da família tem consciência de sua responsabilidade, normalmente os filhos não se transformam em "plays-boys". O "play-boy" é o produto do desmando dentro do lar.

Quando o pai busca os seus prazeres, sem se incomodar com a família; quando a mãe abandona o filho, para a vida social, nasce o "play-boy". E o "play-boy" é um mal primeiro, para ele mesmo, depois, para a sociedade.

No entanto, até agora ninguém levantou sua palavra para dizer alguma coisa sobre os reais responsáveis pela situação. Se tivémos em nossa casa um cão bravo, que morde um transeunte, nós somos responsáveis, porque o cão mordeu o transeunte. E, no entanto, ninguém se lembrou de responsabilizar os pais pelos desmandos de seus filhos.

E a sociedade é obrigada a assistir espetáculos dolorosos, inclusive nos cinemas, onde certos meninos já crescidos, sem nenhuma educação, perturbam o ambiente.

Há certas ruas em que os pais de família não podem passar porque são desacatados por esses meninos, já homens; enfim, há uma série de fatos que acontecem em nossa sociedade, muitos dos quais podem em risco a vida do cidadão, e que, no entanto, nada se tem feito para coibir.

Esse ilustre promotor público, Dr. Carlos Eduardo de Barros Brisola, debruçou-se sobre os livros, estudou a questão e foi buscar, dentro do Código Penal um artigo de lei para punir o pai que não soube cumprir com o seu dever na educação do seu filho. Tratava-se de um menor, que já por sete vezes se viu envolvido em delito de furto de automóvel, menor que já estivera no Juizado de Menores, mas porque tem pai, saiu do Juizado de Menores. E este pai não olhou pelo seu filho, a ponto de praticar novo delito. Nesta altura, esse célebre promotor público ofereceu denúncia contra esse pai. O Sr. Juiz de Direito da Nona Vara Criminal entendeu que não era de ser recebida a denúncia. Houve recurso, e um outro Juiz, que agora se encontra naquela Vara, substituindo o titular, recebeu a denúncia. Não quero dizer do acerto ou desacerto da tese jurídica. O que importa o que alega e contorta os nossos corações e nos dá esperança de dias melhores, para o amanhã, é a circunstância de um promotor público ter estudado a questão e ter enfrentado o assunto e ter levantado o problema. Agora, os cultos, os tribunais e os legisladores que temem conta dele, para que amanhã se lhe dê uma solução, a melhor possível, não só em defesa da sociedade, como principalmente em defesa de seus menores que, abandonados pelos pais, são as maiores vítimas dos seus próprios desmandos. (Muito bem.)

O SR. ORLANDO ZANCANER — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste crepúsculo de governo, nossa real preocupação, como homem filiado ao Partido Social Progressista que, nas últimas eleições, pela vontade soberana do povo paulista, elevou ao Palácio dos Campos Elísios o Dr. Ademar Pereira de Barros, é a situação que vem desempenhando ponderáveis setores da atual administração, que infelizmente vai se comprometendo de forma assustadora numa subversão de valores, pois que, insiste em criar dificuldades de ganho vário ao novo governo recém-eleito.

Não escapou a essa norma de agir a atual direção da Caixa Econômica Estadual. Ainda há poucos dias, criou inúmeros cargos de delegados regionais que, anteriormente, eram exercidos em comissão, pois que eram considerados cargos de confiança. Durante oito anos, no governo Jânio Quadros e posteriormente no governo Carvalho Pinto, a orientação administrativa se pautava pelo respeito à fórmula de comissionamento, vale dizer, ao preenchimento desses cargos segundo o princípio de confiança.

Entretanto, derrotado nas urnas a 7 de outubro, o governo que inicialmente parecia austero e rígido, lançou-se em definitivo agora para o acerto de posições, pois que, verifica-se com certo assombro que os homens do